

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16131 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

**POLARIZAÇÕES POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM RELAÇÃO À ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Eduarda Andréia Pedron Rodrigues - IFRS - Instituto Federal Rio Grande do Sul

Clarissa Haas - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

### **POLARIZAÇÕES POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM RELAÇÃO À ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**RESUMO:** O estudo analisa as matrículas de estudantes com deficiência intelectual de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (RS), com especial atenção às quatro escolas especiais deste município. A pesquisa de natureza qualitativa apoia-se no tratamento aos dados quantitativos a partir das estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O recorte temporal envolveu os anos de 2015 a 2023. Observamos uma ampliação significativa nas matrículas dos jovens e adultos com deficiência na escola privada filantrópica, a qual tem mantido a média de matrículas ao longo dos oito anos analisados, com apoio de recursos públicos. A manutenção paralela da escola especial e a concentração de matrículas de estudantes com deficiência intelectual nesse espaço reforça a estigmatização das pessoas com deficiência intelectual e as polarizações políticas em torno da modalidade da educação especial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Educação Inclusiva. Deficiência Intelectual. Educação de Jovens e Adultos. Financiamento da Educação.

A contar do século XXI, o Brasil construiu uma posição que aponta como caminho principal a escolarização na escola comum articulando processos para fortalecimento dessa perspectiva (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

Em paralelo, a política pública manteve a possibilidade de matrícula no ensino substitutivo (escolas e/ou classes especiais). Assim, reconhecemos na trajetória da política de educação especial um caminho não linear, marcado por significativos avanços, entre embates, disputas ideológicas e desafios que persistem no campo da materialização dessa política. Conforme Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) prevalece nesta área uma polaridade de defesas,

envolvendo o *locus* de escolarização das pessoas com deficiência e a destinação dos recursos públicos mediante a legitimação da tese de “subvenção das instituições assistenciais com recursos públicos” (p. 07).

Portanto, este estudo aliado à defesa da escolarização das pessoas com deficiência nas escolas comuns, como espaços de escolarização plurais, está direcionado às pessoas com deficiência intelectual por compreender que esse grupo de sujeitos protagoniza um dos debates de polarização na área da educação especial no que se refere ao *locus* de escolarização. Apresentamos como objetivo analisar por meio de dados estatísticos as matrículas de estudantes com deficiência intelectual no município de Caxias do Sul, situado na região serrana do RS, com especial atenção às escolas especiais deste município. Sustentamos a hipótese de que a manutenção paralela do espaço da escola especial e a concentração de matrículas de educandos com deficiência intelectual nesses espaços corroboram para a leitura estigmatizante a respeito desses estudantes.

Percorremos o caminho metodológico deste estudo, de natureza qualitativa, considerando que o tratamento aos dados quantitativos não dispensa a interpretação qualitativa. Conforme Bauer e Gaskell (2019, p. 24), “Os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados”.

Foram realizados estudos estatísticos do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2023), a partir dos microdados e das sinopses estatísticas disponibilizadas pelo INEP referentes às matrículas dos estudantes com deficiência nas quatro escolas especiais de Caxias do Sul. O recorte temporal envolveu os anos de 2015 a 2023.

No ano de 2023, as matrículas dos estudantes com deficiência intelectual nas escolas de educação básica de Caxias do Sul representavam 44,13% em relação ao total do público-alvo da educação especial: 88,63% dessas matrículas estavam nas escolas comuns e 11,37% nas escolas especiais do município (Brasil, 2023).

Conforme o Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2023), 66,4% das matrículas nas quatro escolas especiais de Caxias do Sul eram de estudantes com deficiência intelectual. Destas escolas, duas são específicas ao público com surdez/deficiência auditiva e as outras duas possuem um número significativo de matrículas de estudantes com deficiência intelectual.

As quatro escolas especiais em tela foram fundadas entre 1957 e 1962, conforme registros de sites governamentais e de comunicação locais. Nomeamos as escolas com as

letras A, B, C e D. As escolas A e B atendem apenas ao ensino fundamental (EF), sendo que a escola A pertence à esfera administrativa pública estadual, e a escola B é privada, com caráter filantrópico. A escola B também apresenta a modalidade da educação de jovens e adultos (EJA). As escolas C e D, ambas da esfera pública de ensino, atendem estudantes com surdez/deficiência auditiva; a escola C, cuja dependência administrativa é municipal, volta-se ao público da educação infantil (EI) e EF, e a escola D, pertencente à rede estadual de ensino, destina-se ao ensino médio (EM).

Destacamos que a escola B é privada filantrópica; é vinculada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que oferece atendimentos com foco na assistência social, educação e saúde. A instituição recebe verbas públicas do governo federal, estadual e municipal, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Uma das aplicações desses recursos envolve a contratação de profissionais (APAE, 2023). Para Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) o “embate a respeito do lugar omite a questão do direcionamento dos recursos públicos” (p. 09). Percebe-se que, mesmo com a estruturação de um sistema educacional inclusivo e a suposta perda de destaque da modalidade substitutiva da educação especial, as instituições privadas filantrópicas continuaram a ser financiadas com recursos públicos.

Ao compararmos a atuação da esfera pública e privada na oferta do ensino especializado, observamos que no ano de 2023 cerca de 66% dos estudantes se concentravam nas três escolas da rede pública de ensino, enquanto 34% estavam matriculados na única escola especial privada da cidade (Brasil, 2023). O número elevado de matrículas na rede privada (escola B) pode estar associado à oferta de serviços na área da saúde no mesmo espaço escolar. O “financiamento das instituições privado-assistenciais pode estar sendo uma forma de evitar pressão no sistema público de saúde do país” (Laplane; Caiado; Kassar, 2016, p. 50).

No quadro 1, a seguir, apresentamos as etapas e modalidades de ensino ofertadas em cada uma das escolas no ano de 2020 em comparação às faixas etárias dos estudantes.

**Quadro 1** – Etapa/modalidade e faixa etária atendida nas escolas especiais de Caxias do Sul/RS no ano de 2020

	ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO ATENDIDAS	FAIXA ETÁRIA ATENDIDAS
ESCOLA A	1º, 2º, 3º e 4º ano do Ensino Fundamental	8 aos 32 anos
ESCOLA B	1º Ano do Ensino Fundamental	7 aos 27 anos
	EJA - Anos iniciais do Ensino Fundamental	
ESCOLA C	Educação Infantil	5 aos 24 anos
	1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental	
ESCOLA D	1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio	15 aos 28 anos

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, 2023).

São evidências analisadas a partir dos indicadores sistematizados no quadro anterior:

1) as escolas especiais não têm mais sido o primeiro espaço de matrícula procurado pelas famílias para as crianças da EI, sendo que apenas na escola C (de surdos) há matrículas de crianças em fase de pré-escola. 2) As escolas especiais concentram seu atendimento nos anos iniciais do EF e como o fluxo dos estudantes é restrito não costumam ter a seriação completa (caso da escola C). 3) A faixa etária atendida é ampla e concentra estudantes fora da faixa etária escolar obrigatória, sendo possível inferir que os estudantes ficam retidos no mesmo ano escolar, mantendo uma defasagem de idade e ano escolar, deflagrando que o “especial” ou “especializado” não garante o fluxo na trajetória desses estudantes; e acirra a estigmatização e infantilização desses sujeitos perante a manutenção ao longo de vários anos no mesmo ano escolar.

A realidade encontrada nas escolas especiais de Caxias do Sul constitui achado de outros estudos, tais como de Bridi e Rosa (2017). As autoras abordam a permanência dos estudantes com deficiência em duas classes especiais de uma escola da Rede Estadual do município de Santa Maria/RS. Destacam a grande variedade de idade dos alunos, longo tempo de permanência na classe especial, horário reduzido de funcionamento, disponibilização de tempo livre e empobrecido de planejamento pedagógico, reduzida diversificação das atividades e recursos pedagógicos, valorização de algumas habilidades, como a aprendizagem de comportamentos de vida diária, em detrimento de outras.

A tabela 1, a seguir, apresenta o número de matrículas totais das instituições em comparação ao número de matrículas de estudantes com deficiência intelectual, as quais são predominantes nas escolas A e B.

**Tabela 1** – Número de matrículas nas escolas especiais de Caxias do Sul/RS no período de 2015 a 2023.

Número de matrículas de estudantes com necessidade educacional específica (NEE) e com deficiência intelectual (DI)					
ANO	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	
2015	140	82	96	27	NEE
	140	80	25	0	DI
2016	150	89	71	41	NEE
	146	88	20	2	DI
2017	137	85	64	22	NEE
	134	85	18	3	DI
2018	122	84	52	31	NEE
	122	83	13	0	DI
2019	130	85	41	31	NEE
	124	84	11	0	DI
2020	120	83	40	30	NEE
	114	78	11	1	DI
2021	121	91	34	27	NEE
	114	87	9	0	DI
2022	111	94	33	16	NEE
	92	87	9	0	DI
2023	112	84	32	19	NEE
	73	79	7	5	DI

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2023).

De acordo com a tabela 1, durante os últimos oito anos na escola A, cerca de 95,1% das matrículas foram de estudantes com deficiência intelectual; na escola B, essa porcentagem se amplia para 97,2%. Nas escolas C e D os estudantes com deficiência intelectual associam a condição de pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, perfazendo uma média entre 26,5% (escola C) e 4,1% (escola D).

Na escola A, de esfera pública, tivemos uma redução significativa no número de matrículas dos estudantes com deficiência intelectual. Conforme as análises feitas por Laplane, Caiado e Kassar (2016), mesmo com a diminuição dos números absolutos de matrículas em escolas exclusivas de educação especial, o setor privado tem crescido nessa forma de atendimento. Enquanto as instituições privadas concentram as matrículas de educação especial com o financiamento do setor público, as escolas públicas são responsáveis pela inclusão desses alunos nas escolas comuns.

Em análise temporal dos indicadores, identificamos que a escola B passou a ofertar a EJA a partir de 2017, coadunando com outros estudos da área que mostram o crescimento das matrículas dos estudantes com deficiência nas classes especiais de EJA (Silva; Gonçalves, 2022; Haas, 2024;). Na tabela 2 é possível conferir o crescimento das matrículas dos estudantes com deficiência intelectual ao longo dos anos na escola B de Caxias do Sul.

**Tabela 2** – Número de matrículas da EJA na escola B em Caxias do Sul/RS no período de 2017 a 2023

<b>Número de Matrículas de alunos com deficiência na EJA - Escola B</b>		
<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Intelectual</b>
2017	7	7
2018	7	7
2019	41	40
2020	61	58
2021	67	63
2022	83	78
2023	60	59

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2023).

A partir da ampliação das matrículas dos jovens e adultos com deficiência intelectual na EJA confirmamos a argumentação de Amaral e Coelho (2009) de que quem se consegue “parecer” mais próximo da normalidade ocupa as “melhores posições”. Na tabela da corponormatividade proposta pelos autores, a deficiência intelectual é a posição mais distante do “normal”. Também, com relação ao *lôcus* de escolarização são esses sujeitos que estão mais distantes dos processos inclusivos na escola comum.

Prevalece a concepção de deficiência intelectual como incapacidade na distorção de idade e ano escolar observada em duas escolas especiais (A e B), apontando a estagnação na trajetória de vida desses sujeitos. As lacunas identificadas na oferta dos anos escolares a cada ano (escolas A, B e C) sinalizam a diminuição da atuação desses espaços, perante os avanços políticos da perspectiva da educação inclusiva e a significativa redução de ingresso de crianças na primeira infância nesses espaços.

A deficiência intelectual tem mantido os números regulares das matrículas ao longo dos oito anos analisados na instituição privada filantrópica de Caxias do Sul/RS com recursos públicos.

Confirmamos a hipótese inicial de que a manutenção paralela da escola especial e a concentração predominante de matrículas de estudantes com deficiência intelectual nesses espaços interfere na leitura estigmatizante a respeito desses estudantes e nas polarizações da política pública de educação especial. Os modos de entender e categorizar a deficiência intelectual impactam na aposta do *lôcus* de escolarização e, conseqüentemente, no currículo e

nas práticas pedagógicas participadas por esses estudantes.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita; COELHO, Antônio C. **Nem santos nem demônios**. Considerações sobre a imagem social e a auto-imagem das pessoas ditas "deficientes". Monografias.com, 2009.

APAE. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. **Relatório de atividade APAE Caxias do Sul - ano 2023**. Caxias do Sul, RS: 2023. Disponível em: <https://apaecaxiasdosul.org.br/site/wp-content/uploads/2024/02/relatorio-atividades-2023-APAE-caxias.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. . Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica (2015 a 2023)**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRIDI, Fabiane R. de S.; ROSA, Maiandra P. Classes Especiais: fatores que contribuem para a sua permanência em tempos de inclusão escolar. *In: Reunião Nacional da ANPEd, 38ª*. São Luís, MA: UFMA, out. 2017. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT15\\_1046.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT15_1046.pdf). Acesso em: 14 jul. 2024.

HAAS, Clarissa. A transversalidade da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos: desafios para a efetiva inclusão escolar. **Rev. Momento - diálogos em educação**, v. 33, n. 2, p. 27-55, mai./ago., 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/17341/11106>. Acesso em: 31 jul. 2024.

KASSAR, Mônica de C. M.; REBELO, Andressa S.; OLIVEIRA, Regina T. C. **Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e217170, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e217170.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

LAPLANE, Adriana L. F. de; CAIADO, Katia R. M.; KASSAR, Mônica de C. M. As relações público-privado na Educação Especial: tendência atuais no Brasil. **Rev. Teias**, v. 17, n. 46. Rio de Janeiro, ProPed/UERJ, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25497>. Acesso em 14 jul. 2024.

SILVA, Fabiane M.; GONÇALVES, Taísa G. G. L. Perfil de estudantes com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos especial: o cenário de Minas Gerais. **Rev. Educação Especial**, v. 35, 2022, Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68369>. Acesso em: 15 jul. 2024.